

- LXVII -**CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA CAMPANHA
NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Renata Valério Silva
rehvalerio@gmail.com

Érika Ramos Januário
erikauem@gmail.com

Thais Godoi de Souza
thaisgodoi87@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá

INTRODUÇÃO

O texto refere-se a alguns resultados preliminares de uma pesquisa em andamento. Trata-se de uma análise documental e de cunho teórico realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI), no qual apresenta algumas considerações a respeito do CAQi partir da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O objeto se refere ao Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e visa expor as discussões realizadas acerca deste.

No ano de 2002 a Campanha Nacional de Direito pela Educação iniciou uma mobilização em prol da qualidade da educação brasileira, tendo como meta a efetivação de uma conceituação da “qualidade”, sendo assim o Custo Aluno Qualidade

[...] representa uma inversão na lógica do financiamento das políticas educacionais no Brasil: o investimento, antes subordinado à disponibilidade orçamentária mínima decorrente da vinculação constitucional de recursos alocados para a área, passa a ser vinculado à necessidade de investimento por aluno para que se seja garantido, de fato, um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas públicas brasileiras

(CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018, p.14).

Dessa forma “O CAQi é um mecanismo, [...] que traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano em cada etapa e modalidade da educação básica pública para garantir, ao menos, um padrão mínimo de qualidade do ensino (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018, p.18)”.

De acordo com o estudo *Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil* (2007), a qualidade é abordada como um “conceito em disputa”, com isso entendem que “a qualidade em educação é um conceito histórico, socialmente construído. A discussão sobre o tema reflete o momento em que vivemos e a disputa de significados existentes na sociedade” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2007, p.18).

DESENVOLVIMENTO

Os desafios para a educação perduram por anos, na década de 1970, “o debate foi marcado pela dualidade qualidade *versus* quantidade” sendo a qualidade da educação uma proposta para poucos. “Na passagem para os anos 1980, ganhou espaço a discussão acesso *versus* permanência”, época essa que a educação passa a ter caráter mercadológico, com visão para formação de mão de obra para atuar no mercado de trabalho, “relacionando-se qualidade e eficiência do sistema com indicadores de repetência e rendimento escolar” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2007, p.20).

Na transição da década de 1980 para 1990 é promulgada a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que garante e amplia os direitos do cidadão, além desse marco em 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação de Jomtien (1990), na Tailândia, na qual são estabelecidas metas a serem alcançadas, objetivando a melhoria na qualidade de educação, assinado pelo Brasil e outros países comprometendo-se a realizarem essas metas.

A década de 1990 no Brasil ficou marcada pelas reformas educacionais com caráter neoliberal e uma intensa influência de organismos internacionais nas tomadas de decisões na agenda política brasileira, como, o Banco Mundial. Agência multilateral que surgiu em 1944, com o objetivo de recuperar a economia dos países devastados no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém em 1968 com a gestão de Robert McNamara o banco toma novos rumos, direcionando-se a questões sociais.

Nesse contexto de influência na agenda política do Brasil, iniciou-se uma forte tendência à privatização e mecanismos que intensificaram a relação público e privado. Neste panorama a educação encontra-se como formadora de trabalhadores para o mercado de trabalho e a discussão acerca da qualidade da educação se “incorpora à agenda do debate educacional no contexto das reformas educativas [...]” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2007, p.20), marcada pela “buscade eficiência⁴⁹”.

Diante de reformas educativas constantes que marcaram a década de 1990, a qualidade da educação entrou em um campo de disputa, como afirma Moreira (2018) “a educação ficou condicionada às propostas políticas de uma agenda mundial, sob os moldes de uma educação flexível (MOREIRA, 2018, p.206)”.

Com o objetivo de estabelecer um conceito de qualidade que atenda a todos, a Campanha, estabeleceu como pontos norteadores para conceituar qualidade, os seguintes elementos

[...] gere sujeitos de direitos, de aprendizagem e de conhecimento, sujeitos de vida plena; é comprometido com a inclusão cultural e social, uma melhor qualidade de vida no cotidiano, o respeito à diversidade, o avanço da sustentabilidade ambiental e da democracia e a consolidação do Estado de Direito; exige investimentos financeiros em longo prazo e o reconhecimento das diversidades culturais, sociais e políticas; reconhece e enfrenta as desigualdades sociais em educação, devidamente contextualizado no conjunto das políticas sociais e econômicas do País; se referencia nas necessidades, nos contextos e nos desafios do desenvolvimento de uma região, de um país, de uma localidade; está indissociado da quantidade, da garantia do acesso ao direito à educação; se aprimora por meio da participação social e política, garantida por meio de uma institucionalidade e de processos participativos e democráticos que independem da vontade política do gestor ou da gestora em exercício (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2007, p. 24).

É acreditando nesses elementos que a Campanha persiste na luta por uma educação de qualidade. O CAQi e o CAQ ganham importância com o Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei 13.005/2014, como uma meta a ser cumprida.

[...] incluídos em quatro das doze estratégias da meta 20 do novo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), que trata do

⁴⁹ Diversos estudos que abordam esse tema. Ver: Peroni (2016), Adrião (2018), Bresser (2018) e Freitas (2018).

financiamento da educação. É possível dizer que os dois mecanismos são os meios necessários para que todas as metas relativas à educação básica possam ser cumpridas no PNE (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018, p.15).

No ano de 2018 a campanha publica o livro *CAQi e o CAQ no PNE: quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?* em um contexto difícil para pesquisadores da educação, uma vez que nos encontrávamos em período eleitoral, no qual se disputava ideias antagônicas, de um lado a extrema direita e do outro a esquerda.

A extrema direita com propósitos neoliberais e neoconservadores ganhou a disputa e iniciou-se um momento conturbado para a educação com reformas incisivas e descontínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma a efetivação do CAQi e CAQ encontra-se na dificuldade de políticas contínuas no contexto de (anti) reformas, retrocedendo o avanço da democracia e da justiça social (MOREIRA, 2018, p.208). O principal obstáculo para a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial é a falta de comprometimento do governo perante a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade que atenda a todos. Não há uma agenda política comprometida com a realidade brasileira, com os princípios da educação e com uma ideologia que respeite todas as classes. Existe ainda muito forte a ideia de que a educação de qualidade deve ficar detida nas mãos da classe dominante, é contra esse ideal que precisamos lutar.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. & SPINK, P. (orgs) Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. CAQi e o CAQ no PNE: quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil? São Paulo, 2018.

CARREIRA, Denise. PINTO, José Marcelino Rezende. São Paulo: Ed. Global. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. A Reforma Empresarial da Educação – Nova Direita, Velhas Ideias. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Reformas Educacionais e Políticas Curriculares para a Educação Básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa. *Germinal: **Marxismo e Educação em Debate***, Salvador, v. 10, n. 2, p. 199-213, Ago. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. O Público e o Privado na Educação: Projetos em Disputa? *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>